



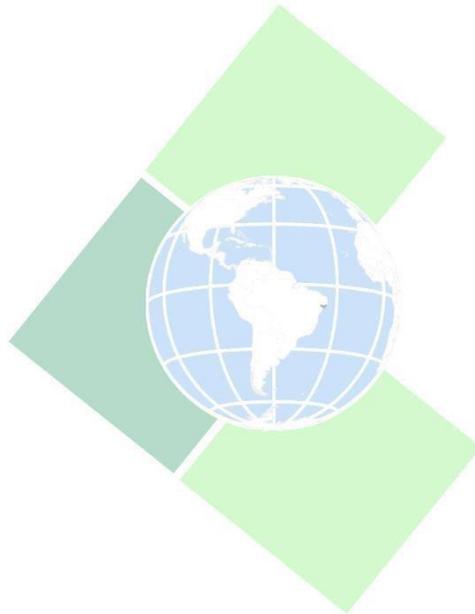
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE.
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**FABIANA BARROS DA SILVA LINA
NIZÂNGELA BARROS DA SILVA COSTA DE PAULA**

**GEOGRAFIA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ACESSO AOS RECURSOS
NATURAIS: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA TOMANDO COMO BASE A
REGIÃO NORDESTE**

**Maceió
2024**

FABIANA BARROS DA SILVA LINA
NIZÂNGELA BARROS DA SILVA COSTA DE PAULA



**GEOGRAFIA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ACESSO AOS RECURSOS
NATURAIS: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA TOMANDO COMO BASE A
REGIÃO NORDESTE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia (EaD) do Instituto de Geografia Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Alagoas, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador: Kleython de Araujo Monteiro

**Maceió
2024**

GEOGRAFIA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA TOMANDO COMO BASE A REGIÃO NORDESTE

Fabiana Barros da Silva Lina¹

E-mail: fabianabarroslina@hotmail.com

Nizângela Barros da Silva Costa de Paula²

E-mail: nizangela.silva@igdema.ufal.br

RESUMO

A desigualdade de gênero é um fenômeno complexo e arraigado que permeia várias esferas da sociedade, incluindo o acesso e uso dos recursos naturais em comunidades rurais, especialmente na região Nordeste do Brasil. O objetivo geral do trabalho é realizar uma análise bibliográfica para descobrir o impacto da desigualdade de gênero no acesso aos recursos naturais na região Nordeste. E objetivos específicos: contextualizar desigualdade de gênero e acesso a recursos naturais no Nordeste, apresentar impactos da desigualdade de gênero nos recursos naturais nordestinos e identificar estratégias para mitigar a desigualdade de gênero no acesso aos recursos naturais na região Nordeste. Este trabalho justifica-se pelo fato da região Nordeste do Brasil enfrentar desafios significativos em relação à desigualdade de gênero, com disparidades persistentes no acesso a recursos como terra, água e florestas. Compreender como essas disparidades afetam o acesso e uso dos recursos naturais é crucial para informar políticas e práticas que promovam a equidade de gênero e a justiça social na região. Foi utilizada uma abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica foi o eixo metodológico adotado. Os resultados da pesquisa apontam que ao examinar o contexto histórico, por exemplo, foi possível reconhecer como as estruturas patriarcais e as políticas de distribuição de terras contribuíram para a marginalização das mulheres no acesso aos recursos naturais, perpetuando assim ciclos de desigualdade. Investir em programas educacionais que capacitem as mulheres aumenta suas oportunidades de participação em setores-chave, mas também fortalece sua capacidade de enfrentar desafios e tomar decisões informadas em relação aos recursos naturais.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade. Gênero. Recursos. Naturais. Nordeste.

¹Professora de Ciências (CEME/AL) Graduada em Ciências Biológicas – FTC/BA, Especialista em Tendências e Metodologias para o Ensino de Ciências e Biologia – UNOPAR/PR, fabianabarroslina@hotmail.com - <http://lattes.cnpq.br/1097025908485424>

²Professora de Educação Especial (SEDUC/AL) e Ens. Fund. I (Maragogi, AL), Graduada em Pedagogia – FTC /BA, Especialista em Educação Especial – FACESTA/AL, Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar - (UFAL) e Psicopedagogia Clínica e Institucional - FACESTA/AL, Graduada em Geografia – UFAL, nizangela.silva@igdema.ufal.br - <http://lattes.cnpq.br/1199928133310813>

ABSTRACT:

Gender inequality is a complex and deep-rooted phenomenon that permeates various spheres of society, including access to and use of natural resources in rural communities, especially in the Northeast region of Brazil. The general objective of this paper is to conduct a literature review to discover the impact of gender inequality on access to natural resources in the Northeast region. The specific objectives are: to contextualize gender inequality and access to natural resources in the Northeast, to present the impacts of gender inequality on natural resources in the Northeast, and to identify strategies to mitigate gender inequality in access to natural resources in the Northeast region. This work is justified by the fact that the Northeast region of Brazil faces significant challenges regarding gender inequality, with persistent disparities in access to resources such as land, water, and forests. Understanding how these disparities affect access to and use of natural resources is crucial to inform policies and practices that promote gender equity and social justice in the region. A qualitative approach was used. Literature research was the methodological axis adopted. The research findings indicate that by examining the historical context, for example, it was possible to recognize how patriarchal structures and land distribution policies contributed to the marginalization of women in accessing natural resources, thus perpetuating cycles of inequality. Investing in educational programs that empower women increases their opportunities to participate in key sectors, but also strengthens their ability to face challenges and make informed decisions regarding natural resources.

KEYWORDS: Inequality. Gender. Resources. Natural. North East.

INTRODUÇÃO

A geografia da desigualdade de gênero no acesso aos recursos naturais no semiárido brasileiro está profundamente ligada às características socioespaciais da região, onde fatores como escassez hídrica, pobreza e isolamento rural intensificam a exclusão das mulheres. Façanha (2018) aponta que, no semiárido, a distribuição desigual de recursos como água e terra é atravessada por normas patriarcais que restringem a autonomia feminina, sobretudo em comunidades rurais afastadas dos centros urbanos. As cisternas, por exemplo, são essenciais ao democratizar o acesso à água, mas a participação das mulheres nas decisões sobre a gestão desses recursos ainda é limitada, reforçando desigualdades estruturais. Essa situação se agrava em áreas mais áridas e isoladas, onde a vulnerabilidade socioambiental impõe barreiras adicionais às mulheres, tanto no manejo da água quanto na possibilidade de exercerem atividades econômicas independentes.

A configuração espacial do semiárido, marcada por extensas áreas de uso

irregular do solo e baixa oferta de infraestrutura, também influencia diretamente a exclusão feminina. Façanha (2019) destaca que as mulheres, embora essenciais para a manutenção da vida em comunidades rurais, enfrentam dificuldades de mobilidade e acesso aos recursos naturais, como terras produtivas e água para irrigação. Essa dinâmica geográfica reforça a dependência econômica e a invisibilidade social das mulheres, ao passo que suas contribuições permanecem confinadas ao espaço doméstico. A falta de políticas públicas territorialmente integradas e voltadas para as necessidades específicas dessas populações amplia as desigualdades, limitando o potencial de transformação econômica e ambiental das comunidades rurais do semiárido.

A desigualdade de gênero é um fenômeno complexo e arraigado que permeia várias esferas da sociedade, incluindo o acesso e uso dos recursos naturais em comunidades rurais, especialmente na região Nordeste do Brasil. Nessa região, as disparidades de gênero são acentuadas por uma série de fatores históricos, culturais e socioeconômicos, criando barreiras significativas para as mulheres no que diz respeito à participação plena e igualitária na gestão e aproveitamento dos recursos naturais (Marengo, et al. 2016). Dessa forma, destaca-se que o presente trabalho abordará sobre a geografia da desigualdade de gênero no acesso aos recursos naturais: uma análise bibliográfica tomando como base a região Nordeste.

Em muitas comunidades rurais nordestinas, as mulheres enfrentam restrições de acesso à terra, água e outros recursos naturais essenciais para suas atividades produtivas e de subsistência. Tradicionalmente, a propriedade da terra tem sido associada predominantemente aos homens, refletindo estruturas patriarcais enraizadas na sociedade. Isso limita as oportunidades econômicas das mulheres e as torna dependentes dos homens para acessar os recursos necessários para sustentar suas famílias (De Brito, 2020). Assim, esse trabalho busca responder à seguinte problemática: Qual o impacto da desigualdade de gênero no acesso aos recursos naturais na região Nordeste?

A primeira hipótese a ser levantada é que as mulheres enfrentam restrições significativas no acesso à terra e água devido às estruturas patriarcais dominantes na região Nordeste, levando a uma distribuição desigual dos recursos naturais e impactando negativamente suas oportunidades econômicas e de subsistência.

Já a segunda hipótese é a sub-representação das mulheres em órgãos de

governança local na região Nordeste resulta em políticas e práticas que não levam em consideração suas necessidades e perspectivas específicas, levando a decisões inadequadas sobre o uso dos recursos naturais e contribuindo para a degradação ambiental.

E, por fim, a terceira hipótese está relacionada às normas de gênero que relegam as mulheres a papéis domésticos e de cuidado limitam sua participação em atividades produtivas e comunitárias relacionadas à gestão dos recursos naturais, reduzindo sua capacidade de promover práticas sustentáveis e de conservação na região Nordeste.

Também é imprescindível pontuar que o objetivo geral do trabalho consiste em realizar uma análise bibliográfica para descobrir o impacto da desigualdade de gênero no acesso aos recursos naturais na região Nordeste. Além disso, os objetivos específicos são: contextualizar desigualdade de gênero e acesso a recursos naturais no Nordeste, apresentar impactos da desigualdade de gênero nos recursos naturais nordestinos e identificar estratégias para mitigar a desigualdade de gênero no acesso aos recursos naturais na região Nordeste.

Este trabalho justifica-se pelo fato da região Nordeste do Brasil enfrentar desafios significativos em relação à desigualdade de gênero, com disparidades persistentes no acesso a recursos como terra, água e florestas. Assim, compreender como essas disparidades afetam o acesso e uso dos recursos naturais é crucial para informar políticas e práticas que promovam a equidade de gênero e a justiça social na região. Além disso, a análise do impacto da desigualdade de gênero nos recursos naturais do Nordeste pode fornecer conhecimentos sobre os mecanismos subjacentes que perpetuam a exclusão das mulheres. Isso inclui examinar as normas sociais, políticas e econômicas que moldam as oportunidades de acesso e controle sobre os recursos naturais, bem como os efeitos dessas disparidades na vida cotidiana das mulheres e no desenvolvimento sustentável da região (Gomes, 2018).

Outra justificativa importante para esse trabalho é o potencial de contribuir para a construção de soluções mais eficazes e inclusivas para os desafios ambientais e de desenvolvimento enfrentados pelo Nordeste. Ao compreender melhor como a desigualdade de gênero impacta o acesso e uso dos recursos naturais, podemos desenvolver intervenções mais direcionadas e sensíveis ao gênero, que capacitem as mulheres e promovam práticas sustentáveis de gestão dos recursos. Vale destacar

que este estudo representa um marco na trajetória pessoal e profissional do autor, ao proporcionar um aprofundamento no conhecimento, além de aprimorar habilidades e competências. A pesquisa também se configura como uma contribuição relevante para o meio acadêmico, oferecendo subsídios para futuros estudos voltados à relação entre desigualdade de gênero e acesso aos recursos naturais.

DESENVOLVIMENTO

A região Nordeste do Brasil é conhecida por enfrentar desafios significativos relacionados à escassez de recursos naturais, incluindo água e alimentos, o que agrava ainda mais a situação da pobreza em muitas comunidades. Essa região semiárida sofre com períodos prolongados de estiagem e chuvas irregulares, resultando em secas frequentes que impactam diretamente a disponibilidade de água e a produção de alimentos (Borba, et al. 2018).

Dessa forma, pontua-se que a escassez de água é uma das principais preocupações no Nordeste, onde a falta de chuvas regulares e a má distribuição das águas superficiais e subterrâneas contribuem para a seca crônica. Muitas comunidades rurais dependem de fontes de água sazonais, como poços e açudes, que podem secar durante longos períodos de estiagem, deixando as famílias sem acesso a água potável para consumo humano, agricultura e criação de animais (Marengo, et al. 2016).

A escassez de água na região Nordeste tem consequências diretas na produção de alimentos, afetando especialmente a agricultura familiar, que representa uma base essencial da economia local. A limitação no acesso à água para irrigação compromete a capacidade dos agricultores de garantir a subsistência de suas famílias e gerar renda. Borba et al. (2018) destacam que as secas prolongadas intensificam esse cenário, provocando a perda de safras, reduzindo a segurança alimentar e aumentando a vulnerabilidade das comunidades à pobreza e à fome.

Além do impacto na agricultura, a carência de recursos hídricos também prejudica setores como a pecuária e a indústria, agravando o desemprego e impulsionando fluxos migratórios em busca de melhores condições em outras regiões. Marengo et al. (2016) apontam que a escassez de água no Nordeste transcende a questão ambiental, representando um desafio social e econômico, uma vez que

acentua as desigualdades e aprofunda os efeitos da pobreza na população local. Somado a isso, a degradação do solo e os processos de desertificação emergem como preocupações cada vez mais presentes. Práticas insustentáveis, como o desmatamento e o manejo inadequado da agricultura, intensificam a deterioração dos recursos naturais, contribuindo para a perda de biodiversidade e comprometendo a capacidade das comunidades de se adaptarem às mudanças climáticas. Borba et al. (2018) reforçam que tais fatores reduzem ainda mais a resiliência socioeconômica da região frente à escassez hídrica e às adversidades ambientais.

Diante desse cenário desafiador, é crucial adotar abordagens integradas e sustentáveis para lidar com a escassez de recursos naturais no Nordeste. Isso inclui investimentos em infraestrutura hídrica, como sistemas de captação de água da chuva e sistemas de irrigação eficientes, além de práticas agrícolas sustentáveis e programas de conservação de recursos naturais. Além disso, políticas sociais e econômicas que visem reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento inclusivo são essenciais para enfrentar os desafios da escassez de recursos naturais no Nordeste e melhorar a qualidade de vida das comunidades locais (Marengo, et al. 2016).

A desigualdade de gênero, presente em diversas regiões do Brasil, incluindo o Nordeste, configura-se como um fenômeno complexo e enraizado que atravessa todas as dimensões sociais, desde as relações cotidianas até as estruturas econômicas e políticas. Bezerra et al. (2021) apontam que essa desigualdade se expressa em disparidades sistemáticas no acesso a recursos, oportunidades e posições de poder, sendo perpetuada por normas sociais, culturais e institucionais que estabelecem valores distintos para cada gênero e mantêm relações hierárquicas.

No centro desse fenômeno está a construção social dos papéis de gênero, que determina expectativas e comportamentos específicos para homens e mulheres. De acordo com De Brito (2020), esses papéis baseiam-se em estereótipos que limitam as possibilidades de atuação de ambos os gêneros, mas afetam de maneira mais acentuada as mulheres. Enquanto elas são frequentemente associadas ao cuidado familiar, à maternidade e às atividades domésticas, os homens tendem a ser valorizados pelo trabalho remunerado e pela liderança, o que amplia as desigualdades e reforça barreiras para a equidade de gênero na sociedade.

Essas expectativas de gênero têm ramificações significativas em termos de acesso a recursos econômicos, educação, saúde, tomada de decisões e participação

na vida pública. Em todo o mundo, as mulheres continuam a enfrentar discriminação e marginalização em muitas áreas da vida, refletida em estatísticas alarmantes sobre disparidades de gênero. Por exemplo, as mulheres ganham em média menos que os homens, têm menor representação em cargos de liderança política e empresarial, e enfrentam taxas mais altas de violência de gênero e acesso limitado a serviços de saúde reprodutiva (Bezerra, et al. 2021).

As disparidades de gênero tornam-se ainda mais acentuadas em contextos marcados pela pobreza e marginalização, nos quais as mulheres estão sujeitas a múltiplas formas de opressão relacionadas a fatores como raça, etnia, classe social e orientação sexual. De acordo com De Brito (2020), a desigualdade de gênero é um fenômeno interseccional, cujas manifestações se modificam conforme a interação entre diferentes sistemas de exclusão. Nesse sentido, mulheres negras, indígenas ou transgênero, por exemplo, enfrentam formas específicas e sobrepostas de discriminação que aprofundam sua vulnerabilidade social e econômica, limitando ainda mais seu acesso a oportunidades e recursos essenciais.

É importante reconhecer que a desigualdade de gênero não é apenas injusta do ponto de vista moral, mas também prejudicial para o desenvolvimento social e econômico de uma sociedade. Estudos mostram que a igualdade de gênero está positivamente correlacionada com uma série de indicadores de desenvolvimento, incluindo crescimento econômico, redução da pobreza, saúde e educação. Portanto, abordar a desigualdade de gênero não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma questão de eficácia e sustentabilidade no desenvolvimento humano (Bezerra, et al. 2021).

Embora avanços importantes tenham sido alcançados nas últimas décadas em relação à igualdade de gênero, desafios persistem e demandam intervenções que abordem as raízes estruturais desse problema. De Brito (2020) destaca a necessidade de ações articuladas nos níveis individual, comunitário, institucional e sistêmico, que envolvam a promoção da conscientização sobre questões de gênero, a desconstrução de normas sociais discriminatórias, a implementação de políticas inclusivas e a garantia de acesso equitativo a recursos e oportunidades para todos. No contexto do Nordeste do Brasil, a desigualdade de gênero e o acesso aos recursos naturais estão intrinsecamente relacionados, refletindo influências históricas, culturais, econômicas e políticas. Façanha (2018) observa que, ao longo do tempo, a região enfrentou

desafios contínuos na distribuição de recursos como terra, água e florestas. Para as mulheres, essas dificuldades são agravadas por barreiras impostas por normas de gênero, que limitam sua participação ativa na gestão e no uso sustentável dos recursos, ampliando as desigualdades existentes.

Para compreender a dinâmica da desigualdade de gênero no acesso aos recursos naturais no Nordeste, é crucial examinar o contexto histórico da região, marcado por séculos de colonização e exploração. Durante esse período, estruturas patriarcais foram estabelecidas, consolidando relações de poder desiguais entre homens e mulheres. Essas estruturas refletiram-se diretamente na distribuição desigual de terras, onde os homens detinham predominantemente o controle sobre a propriedade e o uso da terra (Lopes, et al. 2020).

Historicamente, as mulheres no Nordeste foram excluídas ou relegadas a funções secundárias na gestão dos recursos naturais, consequência de normas patriarcais que limitavam sua participação na esfera pública. Conforme Façanha (2018), essas estruturas sociais restringiam as mulheres ao ambiente doméstico, enquanto os homens assumiam a posição de provedores e responsáveis pelas decisões relacionadas à terra e aos recursos.

Essa exclusão teve impactos profundos na dinâmica social e econômica da região. Lopes et al. (2020) apontam que a ausência das mulheres nas decisões sobre o uso da terra e dos recursos restringiu suas oportunidades econômicas, contribuindo para a perpetuação da pobreza e das desigualdades de gênero no Nordeste. Além disso, as estruturas patriarcais favoreceram a concentração fundiária nas mãos de uma pequena parcela da população, marginalizando ainda mais as comunidades rurais e alimentando disputas pela posse da terra, conforme observado por Façanha (2018).

Atualmente, as mulheres nordestinas continuam enfrentando obstáculos no acesso à terra, com menores taxas de posse e dificuldades para obter crédito e assistência técnica voltada às atividades agrícolas. Lopes et al. (2020) reforçam que essas barreiras são agravadas por normas de gênero que confinam as mulheres a funções domésticas e de cuidado, limitando sua autonomia e restringindo oportunidades no cenário econômico rural. Outro fator determinante nesse processo é o acesso limitado à educação e à capacitação agrícola, que se apresenta como uma das principais barreiras à equidade de gênero na gestão dos recursos naturais. De

acordo com Façanha (2018), a educação é essencial para fortalecer a atuação das mulheres em atividades produtivas e sustentáveis, oferecendo-lhes habilidades e conhecimentos fundamentais para enfrentar desafios ambientais e econômicos.

No entanto, as disparidades de gênero na educação persistem na região Nordeste, com taxas de matrícula mais baixas para as meninas em comparação com os meninos, especialmente em áreas rurais. A falta de acesso à educação limita severamente as oportunidades das mulheres de adquirirem as habilidades necessárias para participar plenamente da economia rural e da gestão dos recursos naturais (Lopes, et al. 2020).

Além disso, a falta de capacitação agrícola específica para mulheres também contribui para a perpetuação da desigualdade de gênero no acesso aos recursos naturais. As mulheres enfrentam dificuldades adicionais em acessar programas de treinamento e extensão agrícola, devido a barreiras socioeconômicas, culturais e estruturais que limitam seu envolvimento em atividades agrícolas e de gestão de recursos (Façanha, 2018). A falta de acesso à educação e à capacitação agrícola limita diretamente a capacidade das mulheres de lidar com os desafios ambientais, como a escassez de água e os efeitos das mudanças climáticas. Essa situação também dificulta a melhoria das condições de vida tanto delas quanto de suas famílias. Diante desse cenário, torna-se necessário implementar políticas e programas voltados para ampliar o acesso das mulheres à educação e ao aprendizado em práticas agrícolas. Essas iniciativas são fundamentais para fortalecer a autonomia feminina e impulsionar o desenvolvimento sustentável na região Nordeste (Lopes, et al. 2020).

Também é imprescindível pontuar que a divisão desigual do trabalho e das responsabilidades familiares é um fator crucial que impacta diretamente o acesso das mulheres aos recursos naturais no Nordeste. As mulheres frequentemente assumem uma carga desproporcional de trabalho doméstico e de cuidado, dedicando grande parte de seu tempo e energia a essas responsabilidades, o que limita sua capacidade de se envolverem em atividades produtivas fora de casa (Façanha, 2018).

A divisão desigual do trabalho impõe limitações significativas ao tempo disponível das mulheres, dificultando sua participação em iniciativas comunitárias voltadas à gestão dos recursos naturais. Lopes et al. (2020) observam que essa realidade reduz as oportunidades de envolvimento em projetos de conservação ambiental, agricultura sustentável e outras atividades fundamentais para a utilização

responsável dos recursos. A sobrecarga de responsabilidades familiares, por sua vez, também funciona como um obstáculo adicional, afastando as mulheres dos processos decisórios que impactam diretamente suas vidas e meios de subsistência. Conforme Façanha (2018), a falta de tempo e de oportunidades restringe a participação das mulheres em organizações comunitárias, assembleias locais e outras instâncias onde são debatidas e definidas questões ligadas ao uso e à gestão dos recursos naturais. Esse cenário perpetua a exclusão feminina dos espaços de decisão e acentua as desigualdades sociais e econômicas.

Diante desse contexto, é evidente a necessidade premente de abordar a desigualdade de gênero no acesso aos recursos naturais no Nordeste. Isso demanda a implementação de políticas e programas que reconheçam e enfrentem as disparidades de gênero, promovendo a igualdade de oportunidades para mulheres na posse da terra, acesso à água, participação em tomadas de decisão e acesso à educação e capacitação. Apenas através de abordagens integradas e sensíveis ao gênero, será possível promover a equidade e a sustentabilidade nos sistemas de uso dos recursos naturais na região Nordeste e além (Lopes, et al. 2020).

Dessa forma, a desigualdade de gênero tem sido uma questão persistente e complexa em todo o mundo, e seus impactos são particularmente pronunciados em regiões como o Nordeste do Brasil, onde a distribuição desigual de recursos naturais está intrinsecamente ligada a normas sociais e culturais arraigadas. Nesta região, onde a agricultura é uma parte fundamental da economia e da subsistência das comunidades, as disparidades de gênero têm um impacto profundo no acesso e na utilização dos recursos naturais (Façanha, 2019).

Um dos impactos mais evidentes da desigualdade de gênero nos recursos naturais do Nordeste é a distribuição desigual de terras. Tradicionalmente, os homens têm detido o controle sobre a posse da terra, enquanto as mulheres têm enfrentado dificuldades significativas para adquirir terras próprias. Essa falta de acesso à terra limita diretamente as oportunidades econômicas das mulheres e sua capacidade de participar ativamente na gestão dos recursos naturais, perpetuando assim ciclos de pobreza e exclusão social (Roma, 2019).

Além disso, a desigualdade de gênero afeta profundamente o acesso à água na região. As mulheres, muitas vezes, enfrentam maiores desafios para acessar fontes seguras e confiáveis de água potável, devido a fatores como distância,

infraestrutura inadequada e restrições culturais. Essa realidade não só aumenta a carga de trabalho das mulheres, que frequentemente são responsáveis pela coleta de água, mas também as coloca em maior risco de doenças e problemas de saúde decorrentes do consumo de água contaminada (Façanha, 2019).

Outro impacto significativo da desigualdade de gênero nos recursos naturais do Nordeste é a falta de acesso das mulheres à educação e à capacitação agrícola. A educação é uma ferramenta essencial para capacitar as mulheres a enfrentarem os desafios ambientais e econômicos, no entanto, as disparidades de gênero na educação persistem na região. Isso limita severamente as habilidades e oportunidades das mulheres de participarem plenamente na economia rural e na gestão sustentável dos recursos naturais (Roma, 2019).

A divisão desigual do trabalho e das responsabilidades familiares também desempenha um papel significativo na perpetuação da desigualdade de gênero nos recursos naturais do Nordeste. As mulheres frequentemente carregam uma carga desproporcional de trabalho doméstico e de cuidado, o que reduz seu tempo e energia para se envolverem em atividades produtivas e na gestão dos recursos naturais. Isso resulta em menor participação das mulheres em iniciativas comunitárias relacionadas à conservação ambiental e na influência sobre decisões que afetam diretamente suas vidas e meios de subsistência (Façanha, 2019).

Portanto, os impactos da desigualdade de gênero nos recursos naturais do Nordeste são vastos e interconectados, afetando não apenas as oportunidades econômicas das mulheres, mas também sua saúde, segurança e bem-estar. Para promover a equidade de gênero e uma gestão mais sustentável dos recursos naturais na região, é fundamental abordar esses impactos de maneira abrangente, implementando políticas e programas que promovam a igualdade de oportunidades para mulheres em todas as esferas da vida. Isso não só beneficiará as mulheres individualmente, mas também contribuirá para o desenvolvimento econômico e social mais amplo do Nordeste brasileiro (Roma, 2019).

Diante desse contexto, ressalta-se que mitigar a desigualdade de gênero no acesso aos recursos naturais na região Nordeste é uma tarefa complexa e fundamental para promover o desenvolvimento sustentável e a justiça social. Uma das estratégias-chave para abordar essa questão é a implementação de reformas agrárias que garantam a distribuição equitativa de terras, possibilitando o acesso das mulheres

à posse e controle da terra. Isso implica em políticas e programas que facilitem o acesso das mulheres à titulação de terras e promovam direitos de propriedade conjunta para casais, reconhecendo e fortalecendo o papel das mulheres como produtoras e gestoras dos recursos naturais (Gomes, 2018).

O fortalecimento econômico e a educação das mulheres são fundamentais para reduzir a desigualdade de gênero no acesso aos recursos naturais no Nordeste. Cunha (2020) destaca a importância do crédito, microcrédito e capacitação em gestão para ampliar a autonomia feminina. Gomes (2018) e Lopes et al. (2020) reforçam que programas educacionais e a inclusão das mulheres em espaços de governança garantem que suas demandas sejam consideradas, promovendo políticas alinhadas às realidades locais. Façanha (2018) e De Brito (2020) complementam que essas ações desafiam estruturas patriarcais e favorecem o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

A conscientização sobre igualdade de gênero e direitos das mulheres se mostra indispensável na transformação desse cenário. Gomes (2018) aponta que ações como campanhas educativas, programas de sensibilização e formação de líderes comunitários ajudam a desconstruir estereótipos e normas sociais prejudiciais. A criação de uma cultura de respeito e igualdade possibilita um ambiente mais favorável à equidade de oportunidades. As redes de apoio feminino exercem um papel essencial no fortalecimento das mulheres frente aos desafios da gestão dos recursos naturais. Cunha (2020) destaca a importância de grupos de apoio, redes de solidariedade e espaços de troca de experiências, que oferecem suporte emocional e prático. Tais iniciativas criam ambientes seguros e colaborativos, promovendo o empoderamento feminino e incentivando soluções conjuntas para os problemas enfrentados nas comunidades rurais.

Neste sentido, ressalta-se que mitigar a desigualdade de gênero no acesso aos recursos naturais na região Nordeste requer uma abordagem abrangente e integrada, que promova a distribuição equitativa de terras, o empoderamento econômico e educacional das mulheres, a participação na tomada de decisões, a conscientização sobre questões de gênero e o fortalecimento das redes de apoio. Ao adotar essas estratégias, é possível criar um ambiente mais justo e sustentável, onde as mulheres possam exercer plenamente seus direitos e contribuir para o desenvolvimento da região (Gomes, 2018).

METODOLOGIA

A pesquisa é considerada uma atividade que combina criação e investigação, funcionando como uma ferramenta essencial para o progresso do conhecimento (DEMO, 2006). A realização de análises consistentes depende da utilização de informações confiáveis e bem organizadas, que proporcionem uma compreensão mais aprofundada do tema. Para alcançar esse objetivo, é importante adotar abordagens variadas e explorar diferentes perspectivas, enriquecendo o entendimento e ampliando as interpretações. Neste trabalho, foi utilizada uma abordagem qualitativa, que se destaca pela capacidade de captar e descrever fenômenos em profundidade. A pesquisa bibliográfica foi o eixo metodológico adotado, permitindo o levantamento e a organização de contribuições teóricas de diversos autores. Esse método favoreceu a articulação entre diferentes interpretações e possibilitou o aprofundamento das discussões sobre os aspectos mais relevantes do estudo.

Conforme descrito por Minayo (2001), a pesquisa bibliográfica constitui um método eficaz para abordar fenômenos complexos, especialmente quando se busca compreender suas relações com o contexto histórico. Essa prática organiza a obtenção de respostas específicas, utilizando-se de fontes literárias para construir uma base de conhecimento sólida e fundamentada.

Gil (2017) também destaca a relevância dessa abordagem, ao pontuar que a pesquisa bibliográfica viabiliza uma análise criteriosa de materiais confiáveis, como livros, artigos científicos e outras publicações acadêmicas. Ele argumenta que esse tipo de investigação, ao se apoiar em conteúdos já existentes, não apenas facilita a revisão de teorias, mas também abre espaço para novas interpretações e comparações de diferentes pontos de vista.

De acordo com Gil (2017), a inclusão de perspectivas variadas na análise é considerada fundamental para a ampliação dos resultados alcançados. Essa abordagem crítica possibilita a identificação de soluções mais alinhadas às demandas atuais e contribui para o desenvolvimento de reflexões mais amplas e contextualizadas. Os autores utilizados na pesquisa bibliográfica incluem Bezerra, Corteletti e Araújo (2021), Borba, Costa e Torres (2018), Cunha (2020), De Brito

(2020), Façanha (2018; 2019), Gomes (2018), Lopes, Myrrha e De Queiroz (2020), Marengo, Cunha e Alves (2016), Roma (2019) e Santana (2023).

A elaboração deste trabalho envolveu a consulta a uma variedade de fontes, como livros, artigos acadêmicos, resumos e materiais digitais. Entre os recursos utilizados, destaca-se a base de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), que proporcionou acesso a conteúdos atualizados e relevantes. Essa estratégia permitiu a construção de uma fundamentação teórica sólida e ajustada às demandas do tema investigado. A utilização de palavras-chave específicas, como “desigualdade de gênero”, “recursos naturais” e “Nordeste”, foi essencial para direcionar a busca por materiais relevantes. Essa estratégia otimizou o processo de seleção de conteúdos, garantindo que fossem diretamente relacionados ao tema e contribuíssem para o alcance dos objetivos estabelecidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Região Nordeste do Brasil é uma das mais importantes áreas do país, caracterizada por uma rica diversidade cultural, geográfica e histórica. Composta por nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, a região nordestina abrange uma extensão territorial considerável, ocupando cerca de 1.554.257 quilômetros quadrados, o que representa aproximadamente 18% do território brasileiro (SANTANA, 2023). Como mostra a Figura 1:

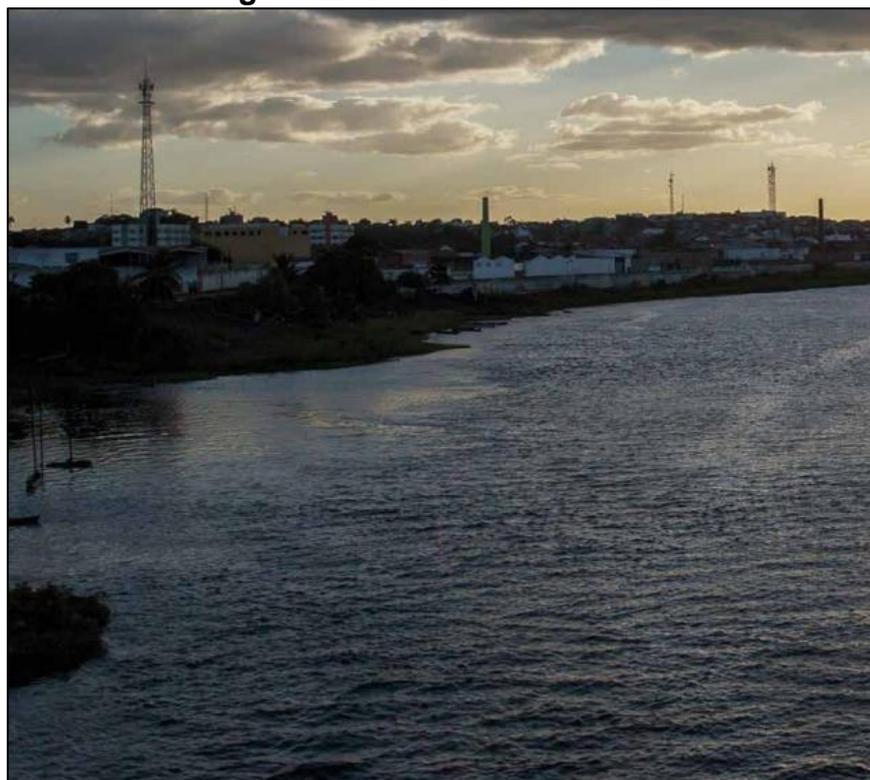
Figura 1: Região Nordeste do Brasil



Fonte: IBGE (2024)

A população nordestina é significativa, contribuindo substancialmente para a demografia do Brasil. Com uma estimativa de mais de 57 milhões de habitantes, o Nordeste é o terceiro maior em termos populacionais entre as regiões do país, abrigando uma mescla de etnias, culturas e tradições que refletem a rica história e influências variadas que moldaram a região ao longo dos séculos (SANTANA, 2023).

Geograficamente, o Nordeste é marcado por uma diversidade impressionante. Desde o litoral com suas belas praias de areias douradas e águas cristalinas até o semiárido, onde a seca e a caatinga predominam, passando por vastas planícies, chapadas, serras e vales férteis. A região é atravessada por importantes rios como o São Francisco (Figura 2), que desempenha um papel crucial na irrigação e no abastecimento de água para diversas atividades econômicas.

Figura 2: Rio São Francisco- NE

Fonte: IBGE (2018)

Cada estado nordestino possui suas próprias características distintas, a Bahia, por exemplo, é conhecida por sua rica herança cultural afro-brasileira, manifestada em sua música, culinária e festas populares, como o Carnaval de Salvador. Pernambuco destaca-se pela sua arquitetura colonial preservada, pelas festividades do São João e pelo frevo, ritmo musical típico do estado. O Ceará é famoso por suas praias paradisíacas e pelo turismo de sol e mar, enquanto o Maranhão encanta com seus lençóis de dunas e a cultura rica dos povos indígenas e afrodescendentes (IBGE, 2018). Apesar das disparidades socioeconômicas e dos desafios enfrentados, como a seca recorrente em algumas áreas e a desigualdade social, a região nordestina é também um centro de inovação e desenvolvimento em diversos setores. A agricultura irrigada, a produção de energia eólica, o turismo e a indústria do entretenimento são apenas algumas das áreas em que o Nordeste tem se destacado, contribuindo significativamente para a economia nacional.

A cultura nordestina é marcada por uma diversidade única, refletida em suas músicas, danças, culinária, artesanato e celebrações populares, que atraem visitantes de diversas partes do mundo. Ritmos como forró, baião, coco e maracatu são exemplos das expressões culturais que compõem a identidade regional,

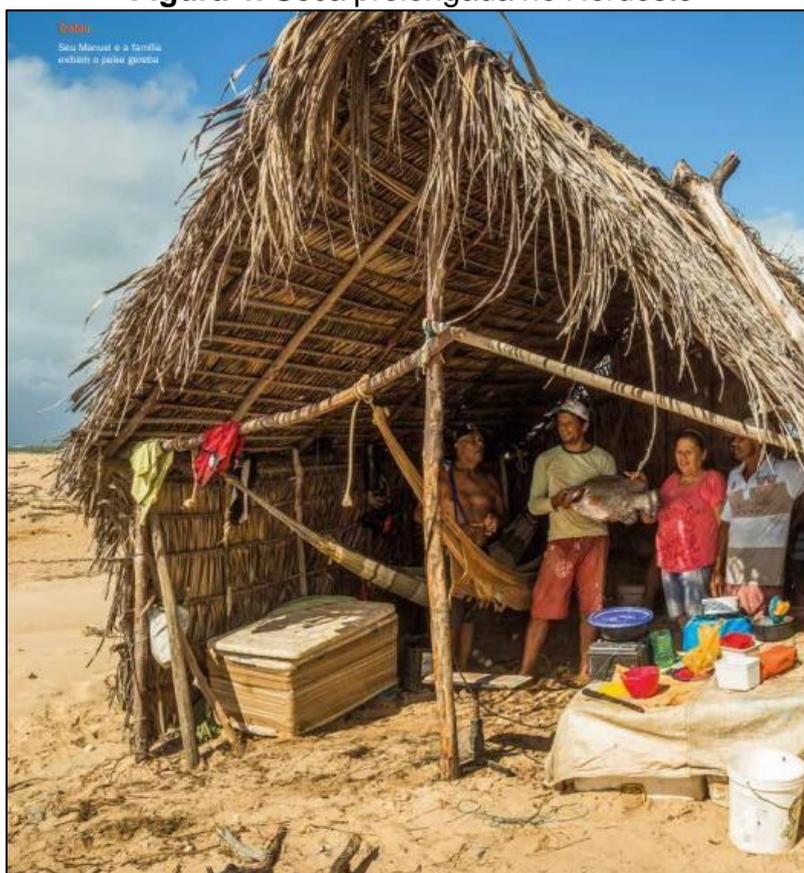
profundamente enraizada em suas tradições e constantemente ressignificada ao longo do tempo. No entanto, a região Nordeste enfrenta desafios que impactam diretamente o cotidiano da população. A desigualdade social e de gênero persiste em diversas áreas, como acesso à educação, saúde e trabalho, refletindo uma realidade de exclusão. Mulheres e outros grupos marginalizados encontram barreiras adicionais para obter direitos e oportunidades iguais, o que também se reflete na dificuldade de acesso aos recursos naturais, como destacado na Figura 3.

Figura 3: Desigualdade de gênero e dificuldade no acesso dos recursos naturais



Fonte: IBGE (2018)

Além disso, a região nordestina é conhecida por sua história de secas recorrentes (Figura 4) que afetam milhões de pessoas e têm impactos devastadores na agricultura, na segurança alimentar e no abastecimento de água (Santana, 2023). A seca prolongada agrava ainda mais a pobreza e a vulnerabilidade das comunidades locais, exigindo medidas urgentes de apoio e desenvolvimento sustentável para mitigar seus efeitos negativos.

Figura 4: Seca prolongada no Nordeste

Fonte: IBGE (2018)

Dessa forma, como abordado no referencial teórico, na Região Nordeste do Brasil, a desigualdade de gênero se manifesta como dificuldade no acesso dos recursos naturais. As mulheres enfrentam barreiras significativas para obter acesso à terra, água e outros recursos fundamentais para a subsistência, devido a normas sociais e culturais arraigadas que perpetuam a supremacia masculina. A falta de acesso a esses recursos (Figura 5) limita as oportunidades econômicas das mulheres, restringindo-as principalmente a atividades agrícolas de subsistência e trabalho informal, enquanto os homens muitas vezes detêm o controle sobre as terras e os meios de produção mais lucrativos.

Figura 5: Escassez de Recursos Naturais



Fonte: IBGE (2018)

Essa disparidade no acesso aos recursos naturais contribui diretamente para a manutenção da pobreza entre as mulheres nordestinas, que enfrentam obstáculos adicionais para assegurar o sustento de suas famílias e o acesso a serviços essenciais. A ausência de autonomia econômica e participação em decisões importantes limita a inserção plena dessas mulheres na sociedade e no desenvolvimento das comunidades, perpetuando a vulnerabilidade e a dependência.

Para superar essa desigualdade de gênero, torna-se urgente a implementação de políticas públicas que abordem de maneira estruturada as barreiras enfrentadas pelas mulheres. Garantir o acesso igualitário à terra, à água e a programas específicos de capacitação, crédito rural e assistência técnica é um passo essencial para ampliar suas oportunidades econômicas.

Além disso, é necessário transformar normas sociais e culturais que reforçam estereótipos de gênero, promovendo o empoderamento feminino e a valorização de

sua contribuição na gestão sustentável dos recursos naturais e no desenvolvimento das comunidades. A adoção de políticas integradas e inclusivas pode gerar mudanças concretas, favorecendo uma sociedade mais equitativa e sustentável no Nordeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, destaca-se que o objetivo geral e os objetivos específicos do trabalho foram alcançados, ou seja, através da pesquisa foi possível realizar uma análise bibliográfica para descobrir o impacto da desigualdade de gênero no acesso aos recursos naturais na região Nordeste, bem como contextualizar desigualdade de gênero e acesso a recursos naturais no Nordeste, apresentar impactos da desigualdade de gênero nos recursos naturais nordestinos e identificar estratégias para mitigar a desigualdade de gênero no acesso aos recursos naturais na região Nordeste.

A ciência geográfica é fundamental para analisar as dinâmicas socioespaciais que perpetuam as desigualdades de gênero no acesso aos recursos naturais no Nordeste brasileiro. A geografia, ao estudar o espaço em sua complexidade, identifica como fatores como a distribuição desigual de terras, a escassez hídrica e as normas socioculturais moldam o território e acentuam a exclusão das mulheres em comunidades rurais. O semiárido, por exemplo, é um cenário onde as barreiras físicas, como o isolamento geográfico e a seca recorrente, se entrelaçam com estruturas sociais patriarcais, resultando em invisibilidade econômica e social feminina. Essa perspectiva geográfica evidencia a relação entre o ambiente físico e as desigualdades sociais, e também ressalta a importância de políticas territorialmente integradas que considerem a participação ativa das mulheres na gestão dos recursos naturais, como estratégia para promover a equidade de gênero e o desenvolvimento sustentável na região Nordeste.

Com o desenvolvimento da pesquisa, foi possível contextualizar de maneira ampla a desigualdade de gênero e o acesso aos recursos naturais no Nordeste, considerando fatores históricos, sociais e econômicos que moldam essas dinâmicas complexas. Esta contextualização foi crucial para uma compreensão mais profunda das disparidades de gênero na região e para identificar áreas de intervenção prioritária visando promover a equidade e a justiça social. Ao examinar o contexto histórico, por

exemplo, foi possível reconhecer como as estruturas patriarcais e as políticas de distribuição de terras contribuíram para a marginalização das mulheres no acesso aos recursos naturais, perpetuando assim ciclos de desigualdade. Além disso, ao considerar os aspectos sociais, como as normas de gênero arraigadas na cultura nordestina, tornou-se evidente como essas percepções moldam as oportunidades e os obstáculos enfrentados pelas mulheres em relação aos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Elaine; CORTELETTI, Roseli de Fátima; ARAÚJO, Iara Maria de. **Relações de trabalho e desigualdades de gênero na indústria têxtil e de confecções do Nordeste**. Caderno CRH, v. 33, 2021.

BORBA, Alexandre Luiz Souza; COSTA, Margarida Regueir daa; TORRES, Fernanda Soares De Miranda. **A proteção das águas: recurso natural limitado**. Águas Subterrâneas, 2018.

CUNHA, Luis Henrique. Desigualdades nos padrões de acesso à água e limites da cidadania hídrica em comunidades rurais do semiárido. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 55, 2020.

DE BRITO, Danyella Juliana Martins. **A pandemia da Covid-19 amplia as desigualdades de gênero já existentes no mercado de trabalho brasileiro**. Outubro, p. 1, 2020.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12. Ed. São Paulo: **Cortez**, 2006.

FAÇANHA, Islene Pinheiro. Gênero e Água. **O caso do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais**, 2018.

FAÇANHA, Islene Pinheiro. Gênero e água: uma leitura sobre as Políticas no Semiárido e a Inclusão Feminina. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 47, p. 339-356, 2019.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. São Paulo: **Editora Atlas**, 2017.

GOMES, Vânia Ribeiro. **O papel do acesso à água no trabalho reprodutivo das mulheres do semiárido baiano**. 2018. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Brasil: FLACSO Sede Brasil.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Mapa Interativo, 2024. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa100>. Acesso em: 17 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Região Nordeste: características geográficas e socioeconômicas. 2018. Disponível em: https://nada.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/6be90fc2ceb2a25efc2819f816a6f391.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

LOPES, Kaline Stephania Costa; MYRRHA, Luana Junqueira Dias; DE QUEIROZ, Silvana Nunes. Diferenciais de gênero ao acesso à água na zona urbana do Seridó Potiguar–RN. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 55, 2020.

MARENCO, José A.; CUNHA, Ana P.; ALVES, Lincoln M. A seca de 2012-15 no semiárido do Nordeste do Brasil no contexto histórico. **Revista Climanálise**, v. 3, n. 1, p. 49-54, 2016.

MINAYO, M. C. **Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social**. In: _____. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.

ROMA, Júlio César. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável**. Ciência e cultura, v. 71, n. 1, p. 33-39, 2019.

SANTANA, João Vitor Ferro. **Efeitos econômicos da fruticultura irrigada no Nordeste**. 2023.